

Ata n.º 12/2022

Reunião de Câmara realizada no dia 06 de junho de 2022

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Lousã, na Sala do Auditório do Edifício da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, dos Senhores Vereadores, João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Sançana e Alcindo José Gonçalves Quaresma. -----

Às dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana usou da palavra para se reportar à rede ciclável e ao trânsito, nomeadamente na zona de obras a decorrer, referindo a dificuldade de se efetuar manobras sem entrar em sentido contrário, nas ruas envolventes solicitando ponderação entre a criação de melhores condições à circulação de bicicletas com os automóveis, perguntando-se, embora reconhecendo o alargamento do estacionamento que foi feito, como é que os autocarros conseguirão manobrar nesses circuitos. Também pergunta se se encontram previstas obras de beneficiação em estradas do concelho, nomeadamente naquelas onde se encontram tampas desniveladas, com buracos ou obstáculos, por considerar importante esse investimento. Reporta-se ainda à última sessão, quanto ao assunto do cancelamento das obras da Escola Secundária da Lousã, para dar nota da publicação do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio. Por fim, deixa uma palavra de apreço ao Clube Desportivo Lousanense, pela

manutenção na Divisão de Honra pela equipa sénior, na pessoa dos seus atletas e dirigentes. -----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma interveio para questionar relativamente à Feira de São João, tendo sido abordado por moradores da área do certame, quanto aos livre-trânsito atribuídos, para se acautelar a abordagem dos seguranças em funções. Sinaliza também a pertinência de colocação de placas informativas de A13 e A1 nos respetivos acessos. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho tomou a palavra para demonstrar agrado na contratação de gabinete de estudos sobre o designado nó dos pegos, por ser uma reivindicação dos moradores daquela zona, solicitando informação sobre este assunto. Solicita também o relatório do estudo efetuado na zona dos passadiços, caso esteja concluído para efeito de avaliação de solução a adotar, bem como questiona sobre o troço do percurso que se encontra ainda fechado. Seguidamente deu conta de situação que lhe causou incómodo, quanto ao convite para jantar na véspera do rally, o que se tratou de lapso, porém tendo verificado que esse momento ocorreu, referindo que os Vereadores do PSD têm sido esquecidos, bem como o que aconteceu quanto ao Programa de São João, do qual tiveram conhecimento pela comunicação social. Refere-se ainda, ao cancelamento da obra de requalificação da Escola Secundária, entendendo não poder ser apelidado de “reagendamento”. Por fim, parabenizou o Município de Mira pelas obras que realizará na escola local e por não ter tido medo de derrapagens. Ainda se refere, porém, reforçando que o faz alegadamente por não ter sido consigo, a existência de contactos intimidatórios a quem publicamente se manifestou contra a decisão da maioria socialista em desistir da empreitada de requalificação da escola secundária da lousã. ainda no âmbito do assunto da obra da Escola Secundária, não concebendo que não tenha sido dada uma palavra à comunidade escolar, tendo a mesma tido conhecimento pela comunicação social da decisão de desistência da empreitada. Aproveitou para, por referir ter ouvido falar, questionar sobre o valor da obra do Cine-Teatro, se três milhões de euros se aproxima da realidade. tendo a mesma tido conhecimento pela comunicação social da decisão de desistência da

empreitada, tendo a mesma tido conhecimento pela comunicação social da decisão de desistência da empreitada. Questionou ainda e uma vez que o Primeiro-Ministro fala em esforço coletivo para que haja um aumento nas remunerações em cerca de 20% a possível alteração de remuneração por opção gestonária, por ter ouvido o Primeiro-Ministro falar sobre a possibilidade de aumento das remunerações em cerca de 20%, pergunta se a Câmara tem olhado para esta questão. -----

O Senhor Vereador João Santos interveio para dar notas sobre eventos que aconteceram no concelho, nomeadamente o Rally, para expressar reconhecimento aos colaboradores da Autarquia mas também às equipas de voluntários, referindo que todos contribuíram para que os eventos decorressem em segurança e fossem um sucesso. Deu nota, dando os parabéns a secção de *basket* do clube desportivo Lousanense pelo acolhimento da jornada do Circuito Nacional Ticha Penicheiro que aconteceu a 21 de maio. Referenciou as procissões realizadas no âmbito dos festejos da Nossa Senhora da Piedade, reconhecendo o trabalho realizado pela Irmandade, Forças de Segurança, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. Destaca o regresso do evento da Descida da Serra em Cadeira de Rodas, promovida pela ARCIL. Deu nota, por já ter sido tornado público, do acolhimento em 2023 do Congresso Ibérico das Praias com Bandeira Azul, complementando com informação de que a Lousã terá as Praias da Bogueira e Sra. da Piedade, sendo que a da Sra. da Graça se encontra no último ano de impedimento, perspetivando-se a sua candidatura já no próximo ano, referindo também o galardão atribuído pela Quercus à Bogueira e Sra. Da Piedade. Refere algumas obras importantes, como a pavimentação ao Covão de Cima, que foi feito por administração direta dando resposta aos moradores daquele lugar à semelhança do que acontece em Foz de Arouce, destacando pequenas mas que no fundo se tornam grandes obras, as que estão a ser realizadas em parceria com as Juntas de Freguesia. Em resposta à **Sra. Vereadora Ana Paula Sançana** refere que nas vias referidas, foram feitos, em articulação com a equipa projetista, vários testes com viaturas pesadas em contexto de simulação de restrição ainda mais acentuada, com resultados de fluidez, referindo que a diminuição que se verifica é normal devido

ao contexto de trabalhos em realização, sendo que em alguns casos, nomeadamente no caso da Rua Pedro Lemos e envolvente beneficiará inclusive de alargamento e marcação horizontal. Relativamente à Feira Anual de São João e à questão colocada pelo **Senhor Vereador Alcindo Quaresma**, informou que na semana anterior foi colocada nas caixas de correio informação aos moradores, sendo que é normal que se verifique algum condicionamento inclusive a quem tem livre-trânsito, nomeadamente a algumas horas, em que se faz essa sensibilização para o efeito, por questões de segurança. Sendo que a organização está atenta e fará os ajustes necessários. Quanto à questão das rotundas, remete para análise e conciliação com a Infraestruturas de Portugal. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio para dar nota que durante o mês de maio decorreram várias ações de sensibilização no âmbito do programa Aldeia Segura Pessoas Seguras, que envolveu 17 lugares ao longo do território do Concelho e Freguesias, sendo que o programa criado na sequência dos incêndios de 2017 ganha agora nova relevância, face às atribuições das autarquias locais, no seguimento da alteração legislativa. Refere também a articulação com as forças de segurança, nomeadamente ANEPC, Juntas de Freguesia, Corporações de Bombeiros Municipais da Lousã e Voluntários de Serpins, GNR, nomeadamente SEPNA. Esta iniciativa abrangeu localidades como Cerdeira, Candal, Talasnal, Casal Novo, Vale Nogueira, Cume, Espinheiro, Cabanões, Boque, Matas e Catassilva, Quatro Águas e Casal de S. Miguel, Vale Madeiros e Levegadas, e por fim, Covelos e Pousafoles. No âmbito destas ações de sensibilização, para além da identificação de fatores que possam ser constrangimentos para as aldeias, foram identificados os elementos de ligação, designados como oficiais de segurança, que serão os pontos de contacto com os vários agentes de proteção civil. -----

A **Senhora Vice-Presidente Henriqueta Oliveira** associou-se ao anteriormente referido pelo **Senhor Vereador João Santos**, parabenizando as Associações que tem promovido atividades culturais e desportivas, reforçando e deixando um reconhecimento às equipas técnicas da autarquia que têm vindo a conseguir manter dinamismo e atividade digna de referência. Dá nota sobre os grandes

objetivos definidos ao nível da Educação, Cultura e Intervenção Social, começando por referir que o Município da Lousã participou no *Bootcamp*, organizado pela CIM-RC, que teve lugar na Pampilhosa da Serra onde também esteve presente o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, em dois dias de debate para a construção das linhas gerais orientadoras da ação na área da Educação, de uma forma integrada, para o território da comunidade intermunicipal. Foi redigido um primeiro manifesto que continuará a ser trabalhado e de certa forma, desmultiplicado em objetivos programáticos e funcionais a implementar nos vários municípios. Salienta a referência, ao tempo necessário para o brincar, indo ao encontro do que tem sido uma preocupação desta autarquia, evidenciada no CMEL da semana passada. Refere ainda que da ordem de trabalhos da referida reunião do CMEL constava o assunto relacionado com Escola Secundária, sendo este órgão privilegiado para a discussão do mesmo, com a devida oportunidade para o esclarecimento de dúvidas ou questões apresentadas pelos seus elementos. Refere ainda que se encontra agendada reunião com Associação de Pais dos Alunos da Escola Secundária. Ainda na área da Educação refere atividades que vão ao encontro de objetivos transversais para o desenvolvimento da comunidade saudável e interventiva, referindo como exemplo o Dia Nacional da Luta Contra a Obesidade, o Brincar pela Biodiversidade na Quinta do Reguengo, o Crescer Feliz na Escola, e o lançamento do livro 55 Anos de Ensino Público na lousã, uma edição da Câmara Municipal, com textos e conteúdos da Associação de Antigos Estudantes. Ao nível da interligação entre Educação e Cultura, onde se verifica um trabalho intenso com os parceiros, salientando a Semana dos Museus e a atividade da Academia de Baile Mandado integrado na formação de professores com o objetivo de revitalizar a atividade de bailes e danças populares de terreiro, bem como o Serão Mágico Entre Letras na Biblioteca Municipal e ainda a participação no primeiro Congresso de preparação na bienal cultural em 2023 onde a Lousã terá participação ativa no âmbito do Plano Nacional das Artes, nomeadamente através da inscrição das atividades educativas do MOMO – Museu do Circo. Refere igualmente, no passado fim de semana, o concerto dos alunos do Agrupamento de Escolas em articulação

com a Sociedade Filarmónica Lousanense, que havia sido adiado por ocasião da pandemia e que, pela resiliência dos envolvidos, foi possível agora, com o apoio da Autarquia retomar, integradas no âmbito das atividades do Dia da Criança. No que diz mais diretamente respeito à Cultura, refere a presença dos *Urbansketchers*, que deixa um património interessante nomeadamente ao nível da representação das procissões, fazendo o registo que fica para a posterioridade desta manifestação religiosa e cultural. Na escrita, a apresentação do livro de José António Franco e na dança, a apresentação dos bailarinos da Academia de Bailado, aberta à comunidade, no Pavilhão dos Carvalhos, assim divulgando o seu trabalho. Menciona ainda o dinamismo nas Escolas Profissional e Agrupamento com um conjunto de atividades que afirmam enquanto território educador e nos deve orgulhar. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra começando por salientar a recente cerimónia que decorreu em Coimbra, na presença da Sra. Ministra da Solidariedade Social, onde foi possível homologar contratos com IPSS do Concelho que representam ajuda pública para a concretização de objetivos importantes nomeadamente projetos da ARCIL, ADIC, Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras e Santa Casa Misericórdia Lousã, de diferentes dimensões e áreas mas todos com importância relativamente à resposta, na área de intervenção de cada uma das entidades, face aos seus públicos-alvo. Através da menção às 20 empresas do Concelho que alcançaram o estatuto PME Líder, das quais 6 são Excelência, expressa reconhecimento ao tecido empresarial relativamente a atividade desenvolvida. Salienta a parceria com AESL, através de patrocínio financeiro da campanha, já em desenvolvimento, designada Comércio ComVida onde é estimulada a aquisição de proximidade no comércio local, com a atribuição de prémios mensais de quinhentos euros em compras no comércio local. Deu nota ao Executivo, que de acordo com várias diligências realizadas, na semana anterior, em conjunto com vários Presidentes de Câmara da Região de Coimbra, reuniu com a Administração da Infraestruturas de Portugal com o objetivo de tratar de assuntos relativamente à mobilidade rodoviária, no que diz respeito ao Concelho e

à Região, dentro daquilo que são os objetivos da região de Coimbra. Referiu ainda, quanto ao Nó dos Pegos, continua a ser um objetivo, devidamente identificado pelo Executivo, sendo que foi possível, há alguns anos atrás, concretizar a entrada no sentido de Lousã, que era a principal reivindicação das populações. Infelizmente, na altura não foi possível fazer conforme era desejo, a intervenção completa e hoje ainda está em falta a ligação de entrada no sentido de Miranda do Corvo. Decorreram já várias diligências e, portanto, essa reivindicação tem estado sempre presente no sentido de dar maior desenvolvimento a esta situação, e fruto daquilo que é neste momento, nomeadamente no que tem a ver com os objetivos do PRR que as equipas da Infraestruturas de Portugal têm, a Câmara Municipal decidiu avançar para a contratação de uma entidade projetista, com experiência nesta área, no sentido de reforçar este objetivo e de dar passos no sentido da sua concretização. Relativamente à informação solicitada, informou remeter para os serviços técnicos, nomeadamente para a Divisão de Obras, no sentido de poder ser fornecido, sendo que relativamente ao Cinema, de acordo com aquilo que tem sido apresentado em várias reuniões, sempre que o assunto é referenciado o valor da empreitada, em números redondos são dois milhões de euros, sendo que neste momento a obra tem sensivelmente 50% de taxa de execução. O que quer dizer que em termos de autos validados e faturação efetuada se encontra na ordem dos 900.000 € de execução em termos financeiros. Relativamente às remunerações, informou que este ano, fruto daquilo que é a execução do instrumento de avaliação que está em vigor na Administração Pública, no âmbito do SIADAP, para um conjunto de trabalhadores, sendo este um número já considerável, terá efeitos e, portanto, em termos remuneratórios, uma consequência efetiva e expressiva relativamente à sua remuneração mensal e, que estes processos em termos de recursos humanos, são sempre revistos em termos daquilo que são os instrumentos que estão ao dispor e nomeadamente aquilo que são as consequências do próprio processo de avaliação que referiu. Associou-se também às felicitações e referências feitas às várias situações de diferentes níveis, cultural, da área da educação, desportiva, ou até mesmo religiosa que foram

efetuadas, permitindo-se salientar a consagração das Bandeiras Azuis, e nomeadamente, a expressão que tem a ver com o acolhimento do Congresso, de organização repartida entre a entidade nacional portuguesa e a sua congénere espanhola. Relativamente à beneficiação de estradas refere que será sempre um processo inacabado sendo que nos últimos tempos foi possível concretizar a beneficiação de um conjunto de vias, quer através de uma empreitada contratualizada pela Câmara Municipal no ano passado e que teve a sua maior concretização no final do ano de 2021 e início deste ano, quer através de algumas intervenções por administração direta, como o **Senhor Vereador João Santos** também já fez referência, sabendo que há outras questões e necessidades, referindo que se procurará ir resolvendo de forma faseada e em função daquilo que são as possibilidades de intervenção a este nível. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 16 de maio de 2022. -----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dezasseis de maio do ano de dois mil e vinte e dois. A **Senhora Vice-Presidente da Câmara** não participou na votação em virtude de não ter estado presente na reunião. ----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2021. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções dos Vereadores do PSD e em minuta, aprovar o Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2021. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 1) -----

2.2.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do Protocolo celebrado com o IPC – Instituto Politécnico de Coimbra, no âmbito da implementação da Escola da Floresta na Lousã. -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana refere que é entendimento que a floresta é um dos maiores recursos naturais e nacionais que, em simultâneo, também tem sido uma das áreas mais desprezadas, sendo por isso, também entendimento que a aposta na qualificação dos recursos humanos associada a uma política pública que valorize a floresta é bastante importante. Assim será um valor económico, social e ambiental bastante interessante e é o aproveitamento mais importante, sendo a Escola da Floresta da Lousã um projeto que vê com muito agrado. Refere que o documento apresentado é um pouco curto em alguns aspetos, sendo omissos em algumas matérias importantes e estruturantes para um protocolo desta natureza entre o Município e um instituto de ensino desta dimensão, justificando as questões que pretende apresentar. Bem como refere que o protocolo menciona a designação de “formandos” referindo que o termo remete mais para um contexto formativo e não de uma área de componente letiva curricular, como ao ensino superior. Questionou a oferta formativa da escola, os cursos, áreas técnicas e os graus, se no futuro terá licenciaturas ou mestrados, se está uma porta aberta para ser um polo que abranja estes graus de ensino. Questionou quantas turmas e alunos estão previstos, perguntando como é que se perspetiva a evolução desde o momento da abertura, uma vez que também foi veiculado que seria previsto abrir já este próximo ano letivo. Em relação ao espaço que será afeto ao acolhimento do projeto, pergunta se terá de ser adquirido e quando poderá custar e se vai necessitar de obras de adaptação. Se sim, quanto custarão e como serão financiadas. Perguntando como é que se pode planear a instalação da escola sem saber o número de alunos previsto, o número de turmas e a oferta formativa? Ou se já se sabe as condições de transporte relacionadas? Tais como, para quantas pessoas e periodicidade? Quanto irá custar? Quem irá operar? Será o município? Um operador privado? Questionou ainda o custo bem como colocou questão sobre a tutela do pessoal docente e outros recursos humanos, uma vez que estando aqui

a falar de encargos e, portanto, sendo importante que se tenha uma noção de quanto é que isto vai custar. Refere que o documento também fala em alocar os recursos humanos necessários ao funcionamento do espaço. Este funcionamento do espaço referido tem a ver com as instalações em si? Que tipo de pessoal e recursos serão necessários e quais as suas qualificações, perguntando também se estamos a falar de pessoal docente porque não consegue ler no protocolo e encontrar onde é que está referido, quem vai ser responsável pelo pessoal docente. Depois, pergunta se estes recursos humanos que serão alocados já existem no município ou serão contratados a posteriori, e em que regime? E se neste momento o Município reúne condições para efetuar as contratações necessárias? Refere que do documento também consta como obrigação da Câmara a promoção da oferta formativa na região, perguntando que é que se pretende nesta área? Como? Com que recursos e mais uma vez, quanto custará? Questionou ainda se estão previstos investimentos e candidaturas neste âmbito, bem como se está acautelada a questão da habitação associada à vinda de alunos não residentes no concelho, mais concretamente colocando duas questões que merecem atenção, uma vez que a próxima geração de fundos comunitários PRR e Portugal 2030 tem no sistema científico e tecnológico e nos professores, destinatários, onde, naturalmente, universidades e politécnicos serão parceiros estratégicos com oportunidades para os mais diversos fins. Assim, questiona que investimentos e candidaturas estão previstas neste âmbito, para que a Escola da Floresta possa ser beneficiária do modo a dar esta qualidade científica e técnica, bem como sustentabilidade financeira económica ao projeto. E a segunda questão, partindo do pressuposto lógico e desejável que a escola se destina a alunos do Concelho da Lousã, mas também a alunos de fora, tendo em conta as dificuldades de falta de oferta de habitação no concelho, se já existe uma estratégia de solução que possa ser implementada para mitigar esta dificuldade ou em que condições, se poderão instalar os alunos e eventualmente professores que venham de fora. Para concluir refere que a Escola da Floresta é muito bem-vinda à Lousã. No entanto, termina como começou referindo que o protocolo é vago, omissos em matérias importantes

e essenciais, sendo importante clarificá-las com maior rigor. E dá a ideia que caberá ao Município grande parte dos aspetos financeiros que apesar de não estarem quantificadas, o que lamentamos, podem ser de dimensão muito significativa. Assim, mesmo entendendo a pertinência desta parceria, e uma vez que ainda se levantam dúvidas no que diz respeito à participação do município no que diz respeito aos custos que esta parceria no fundo irá ter, se irão abster nesta votação. Questiona se seria possível que tivesse um documento de apoio com todas as outras questões que foram colocadas porque partimos do princípio que para desenvolver esta parceria, este protocolo, todos esses assuntos foram tidos em conta e que devem estar documentados, mas uma vez mais, e lamenta voltar a falar nisto, tem pouca informação acerca deste processo, sem falar de que, como vem sendo habitual, praticamente nunca ser “vistos nem achados” para participar nestas questões, o que lamentam, atendendo à posição que têm no executivo, pois pensa que poderiam dar também os seus contributos. Numa última questão, pretende saber há quanto tempo é que este processo decorre em termos temporais. -----

O **Senhor Vereador Alcindo Quaresma** usou da palavra para lamentar a falta de informação prévia e questionar a data de início de preparação desta colaboração. -

O **Senhor Presidente da Câmara** interveio para prestar os esclarecimentos solicitados, relativamente às questões colocadas no âmbito pedagógico e a mobilização de recursos remete para o disposto no documento, mais concretamente na cláusula quatro. Refere que a coordenação da Escola da Floresta é da responsabilidade do Instituto Politécnico de Coimbra, assim como a sua organização logística e administrativa e, portanto, é o desenvolvimento da própria oferta formativa, de acordo com aquilo que são as premissas de funcionamento do Instituto Politécnico, que para desenvolver estas iniciativas tem que previamente ter essas áreas formativas devidamente enquadradas e devidamente aprovadas, quando assim é o caso. Relativamente às entidades que validam estas ofertas formativas, nomeadamente a que confere graus formativos relativamente ao número de turmas e aos cursos, não tendo ali de momento presente, já estão

identificados aquelas que serão as áreas formativas onde as turmas e as temáticas que irão ser lecionadas irão ser desenvolvidas a partir do mês de setembro, conforme foi anunciado na própria cerimónia de assinatura do protocolo. As instalações que estão previstas, para além de instalações físicas já existentes no Município ou outras instalações que serão usadas, nomeadamente na própria Escola Nacional de Bombeiros e naquilo que diz respeito a outros serviços e instalações na área existentes, no que diz respeito a área de atuação do Freixo e conforme já estão também mencionadas neste protocolo. Relativamente a transportes, que terão que ser assegurados, estão de acordo com aquilo que foram os cursos a desenvolver e com a planificação feita, sendo que serão transportes pontuais quando houver necessidade de utilizar as instalações, nomeadamente aquelas que estão localizadas na Chã do Freixo, e, caso exista necessidade de deslocação entre os espaços da vila e aquele local, poderão existir situações onde a própria formação decorrerá logo na Chã do Freixo. No que tem a ver com a formação, são tratados unicamente pelo Instituto Politécnico Coimbra, de acordo com aquilo que é o seu enquadramento funcional. Relativamente às questões mais relacionadas com as vias de financiamento, refere que está devidamente perspectivado relativamente às várias vertentes dizendo também que o Município já é parceiro do Instituto Politécnico de Coimbra em situações de candidatura, no âmbito do PRR, nomeadamente no que diz respeito à qualificação de recursos no âmbito do STEAM e do Impulso Jovem e, portanto, essa é uma questão que está prevista. Assim, entre outras situações de possível infraestruturização física e de apetrechamento a nível de equipamento, estão devidamente sinalizadas e, portanto, neste momento, aquilo que se prevê é o funcionamento, conforme está previsto, com micro creditações, qualificação profissional e cursos de pós graduação, estando devidamente perspectivada outras possibilidades, sendo que neste momento aquilo que se perspectiva é o funcionamento nesta área, sendo certo que também conforme foi anunciado na apresentação na assinatura do protocolo que se prevê que possam existir outras áreas, atendendo àquilo que é o potencial de capacidade formativa em termos de espaço e de atividades no

concelho da Lousã, de ir para além daquilo que diz respeito mais à temática da floresta, de forma mais específica, mas sim mais de banda larga, nomeadamente no que diz respeito aos usos da floresta para outras atividades, nomeadamente aquilo que tem a ver com o turismo e dentro dos usos da floresta. Também aqui, no que diz respeito às atividades desportivas, nomeadamente aquilo que se possa designar de turismo ativo com um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas. Quanto ao tempo em que o processo decorre, refere que este é um objetivo que já estava fixado pela Câmara Municipal, que assumiu maior expressão desde o final de 2017 e que existiram várias diligências desenvolvidas quer pelo Município, quer pelo Instituto Politécnico, e agora foi possível começar a concretização gradual deste objetivo, que consideramos importante a vários níveis para o concelho, por aquilo também que a **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** já referiu. Disse ainda que no que diz respeito à habitação é uma temática que tem vindo a ser trabalhada como é do conhecimento, de acordo com a estratégia definida e as capacidades e os meios da Câmara Municipal e também do envolvimento daquilo que são os agentes privados. Dizer que a este nível, nomeadamente no que tem a ver com o arrendamento, a Câmara Municipal está a trabalhar em conjunto com a Comunidade Intermunicipal, atendendo às especificidades da legislação e àquilo que são as características dos mercados onde nos inserimos, para que sejam possíveis essas operações que entendemos importantes a vários níveis e desde logo no reforço da oferta de habitação por via do arrendamento no nosso concelho e no conjunto dos concelhos desta região. Também dizer que ao nível da habitação existiu uma reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com o Senhor Ministro das Infraestruturas, que tutela esta área e também a área de habitação, onde foi evidenciada a necessidade de definição de ajustamento da legislação existente relativamente ao arrendamento acessível e designadamente no que diz respeito aos territórios como o nosso e as características e escalas que tem relativamente a esta área em termos de investimento imobiliário e portanto, esta é uma temática que continua a ser trabalhada. Não sendo possível quantificar porque vai depender daquilo que

seja a oferta, conforme referiu o funcionamento está perspetivado nas condições de funcionamento identificadas, quer da parte da Câmara, quer da parte do politécnico. Dando a título de exemplo, quanto à promoção, a informação de que aquilo se fará, é aquilo que já se faz com a Escola Profissional e com o próprio Agrupamento de Escolas, que é a divulgação da oferta. Sendo que o Instituto Politécnico fará pelos seus meios, nós faremos junto da comunidade aqui mais próxima, aquilo que são as ofertas formativas, quer de forma direta, àqueles que possam ser os mais interessados, quer à comunidade em geral sendo que a divulgação se faz por diversos meios, digitais, como é exemplo o apoio prestado à Escola Profissional STATUS, quer pela expedição via CTT para a região identificada para os concelhos identificados pela própria Escola Profissional, daquilo que é a sua oferta formativa, no sentido também de captar alunos de fora do próprio concelho. Também deu nota de uma outra informação complementar que penso que não foi colocada, e que o protocolo é um primeiro protocolo estabelecido entre as duas entidades, mais e mais empenhadas, digamos assim, na concretização deste objetivo. Mas existirá um conjunto de outras entidades com quem já estão estabelecidas formas de parceria, mas que a formalização se concretizará *a posteriori*, quer sejam entidades públicas de organismos na esfera do Estado, quer sejam até de entidades privadas, algumas delas que estiveram presentes na assinatura do próprio protocolo e entidades do próprio Concelho que têm também atividade nesta área específica da floresta. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções dos Vereadores do PSD, ratificar o Protocolo celebrado com o IPC – Instituto Politécnico de Coimbra, no âmbito da implementação da Escola da Floresta na Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2)–

2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do financiamento da tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de

resíduos urbanos referente ao mês de março de 2022, de acordo com o Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para justificar o sentido de voto dos Vereadores do PSD – abstenção – clarificando que, embora não seja contra o princípio da boa medida, mas sim, tal como já tem vindo a referir, enquanto a APIN não fizer a revisão das tarifas fixas, não aprovarão nada que diga respeito à empresa intermunicipal. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PSD, aprovar o financiamento da tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos referente ao mês de março de 2022, de acordo com o Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº3)-----

2.2.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do financiamento da tarifa bonificada do mês de dezembro de 2021, no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID19 - Redução extraordinária das tarifas relativas à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PSD, aprovar o financiamento da tarifa bonificada do mês de dezembro de 2021, no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID19 - Redução extraordinária das tarifas relativas à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4) -----

2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente:

2.3.1 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Mérito do Concelho à Companhia Marimbondo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição da Medalha de Mérito do Concelho à Companhia Marimbondo. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº5). -----

2.3.2 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Mérito do Concelho à Escola Profissional da Lousã. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** refere que esta proposta resulta também da articulação efetuada com o **Senhor Vereador Victor Carvalho.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição da Medalha de Mérito do Concelho à Escola Profissional da Lousã. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº6)-----

2.3.3 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da proposta de atribuição do topónimo “Caminho das Caleiras”, ao caminho sito nas Caleiras, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 19 de maio de 2022. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição do topónimo “Caminho das Caleiras”, ao caminho sito nas Caleiras, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 19 de maio de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº7) –

2.3.4 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da proposta de atribuição do topónimo “Rua Carlos Antero Castanheira de Oliveira”, ao arruamento sito na Sarnadinha, apresentada pelo

Executivo Municipal na Comissão Municipal de Toponímia e aprovada por unanimidade, na sua reunião de 19 de maio de 2022. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição do topónimo “Rua Carlos Antero Castanheira de Oliveira”, ao arruamento sito na Sarnadinha, aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 19 de maio de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8)-----

2.3.5 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação do protocolo de colaboração a celebrar com a CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito das candidaturas apresentadas ao concurso sob o Aviso N.º 2/C02-IO2/2021 referentes à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para questionar quais os imóveis identificados para o efeito e a articulação com os particulares interessados. ----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra para transmitir algumas informações sobre o assunto, dizendo que os imóveis identificados nesta fase se situam no Bairro dos Carvalhos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de protocolo de colaboração a celebrar com a CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito das candidaturas apresentadas ao concurso sob o Aviso N.º 2/C02-IO2/2021 referentes à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº9) -----

2.3.6 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da celebração de um novo Protocolo de Colaboração com a Associação Cultural Marimbondo. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para, sem colocar em causa o mérito da Associação, questionar o retorno deste investimento para a comunidade, questionando ainda a coerência no critério de decisão pela comparticipação das

despesas de funcionamento do equipamento onde se encontra instalado o MOMO – Museu do Circo, nomeadamente o pagamento de água e energia elétrica, o que não acontece em grande parte das associações do Concelho. Refere que se poderia aproveitar mais da associação, tirando partido de mais eventos. Refere não se pronunciar quanto ao dinheiro ser muito ou pouco, sendo que, por outro lado, menciona situações que podiam ser revistas, como a duração do protocolo, solicitando ainda informação nomeadamente sobre o plano de atividades apresentado. -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio para referir que esta é uma questão da equidade, do equilíbrio e dos critérios de atribuição de verbas às entidades, associações desportivas, juvenis, culturais e sociais do concelho referindo que também tem conhecimento que está a ser trabalhado um regulamento para a atribuição mais criteriosa das verbas. Refere que também se recorda de o **Senhor Presidente**, pensando não estar enganada, numa sessão ter dito que tendencialmente os custos relativos a água e luz de algumas entidades que ainda estão a beneficiar destes pagamentos, a mais, com os aumentos substanciais que temos assistido, infelizmente, dos custos energéticos, que seria uma tendência a acabar, pelo que pergunta mais uma vez e reforça o que disse o seu colega, sobre qual a justificação para um protocolo que está a ser realizado agora para cinco anos, de a Câmara se responsabilizar pelo pagamento da água e da luz, tendo em consideração que a Câmara é detentora de outros equipamentos municipais que se estão a ser explorados ou que estão em beneficiação de entidades do concelho que não têm este tratamento, pelo que, acha que é do interesse e acredita que sim, do Município que todos os apoios que são atribuídos, o sejam numa forma igual para todos e neste caso o que levanta a questão, sendo por isso que se vão abster neste ponto. Reforçando que nada tem contra a associação, pelo contrário, achando que é uma associação efetivamente de mérito, motivo pelo qual está a ser galardoada com essa medalha. No entanto, não podendo, não ficando de bem consigo próprios em aprovar um protocolo de onde consta um tratamento diferencial de uma entidade sem fins lucrativos, tal como

outras que existem no concelho, que servem inúmeras atividades, algumas até semanais, e não mensais, pelo que julgam que este é um ponto que tem que ser revisto. -----

A **Senhora Vice-Presidente Henriqueta Oliveira** usou da palavra para prestar esclarecimentos dizendo que a proposta apresentada prevê a revisão anual dos termos da colaboração, e tem como fundamento o relatório de atividades entregue pela Associação, o qual poderá ser disponibilizado, bem como o novo plano previsto. Refere ainda que se trata de um equipamento municipal, sendo que a associação assegura o seu funcionamento, e destacou as obrigações constantes do documento assumidas pela Associação, nomeadamente ao nível da realização de atividades. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PSD, aprovar a proposta de celebração de um novo Protocolo de Colaboração com a Associação Cultural Marimbondo, nos termos da minuta apresentada. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº10)-----

2.3.7 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação dos valores dos apoios escolares - Refeições Escolares e Atividades de Animação de Apoio à Família, no âmbito da Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta dos valores dos apoios escolares - Refeições Escolares e Atividades de Animação de Apoio à Família, no âmbito da Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº11) -----

2.3.8 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aceitação da doação feita ao Jardim de Infância de Serpins pela empresa EFAPEL, S.A. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de aceitação da doação feita pela empresa EFAPEL, S.A. ao

Jardim de Infância de Serpins. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº12)-----

2.3.9 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a ratificação da aceitação da doação feita à Biblioteca Municipal Comendador Montenegro pela Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. --

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de aceitação da doação de livros e DVDs, feita à Biblioteca Municipal Comendador Montenegro pela Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº13) -----

2.3.10 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a ratificação da aceitação da doação feita ao Jardim de Infância da Lousã por Tiago Barros. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de aceitação da doação feita, por Tiago Barros ao Jardim de Infância da Lousã. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº14) -----

2.4 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos: -----

2.4.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Mérito do Concelho ao Atleta Lousanense Gabriel Lopes.

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição da Medalha de Mérito do Concelho ao Atleta Lousanense Gabriel Lopes. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº15) -----

2.4.2 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à Equipa Sénior do Rugby Clube da Lousã, que se sagrou Campeã Nacional da 1.ª Divisão na época desportiva 2021/2022. -----

O Senhor Vereador João Santos interveio para, neste ponto e seguintes, apresentar as várias propostas de atribuição de Votos de Reconhecimento, enunciando que no período que mediou o fecho da Ordem de Trabalhos e a data de realização da presente sessão teriam decorrido novas propostas de atribuição de Voto de Reconhecimento, os quais serão presentes na próxima sessão de Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à Equipa Sénior do Rugby Clube da Lousã, que se sagrou Campeã Nacional da 1.^a Divisão na época desportiva 2021/2022. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº16) -----

2.4.3 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense João Nuno Vaz Correia, que se sagrou Campeão da Zona Centro na categoria de -42kg, no Campeonato Zona Centro (Coimbra, Leiria e Santarém) de Juvenis, organizado pela Federação Portuguesa de Judo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense João Nuno Vaz Correia, que se sagrou Campeão da Zona Centro na categoria de -42kg, no Campeonato Zona Centro (Coimbra, Leiria e Santarém) de Juvenis, organizado pela Federação Portuguesa de Judo. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº17)-----

2.4.4 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento aos atletas Lousanenses Márcio Carinhas e Lucas Maia, que se sagraram Vice-Campeões Nacionais de Katas, no escalão sénior masculinos, no dia 21 de maio de 2022, em Torres Novas. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento aos atletas Lousanenses Márcio Carinhas e

Lucas Maia, que se sagraram Vice-Campeões Nacionais de Katas, no escalão sénior masculinos, no dia 21 de maio de 2022, em Torres Novas. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº18) -----

2.4.5 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta da Secção de Atletismo do Montanha Clube, Joana Barreto Santos, que se sagrou Campeã Distrital nas competições dos 100 e 200 metros, que teve lugar, nos dias 21 e 22 de maio de 2022, na Pista de Atletismo do Estádio Cidade de Coimbra. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta da Secção de Atletismo do Montanha Clube, Joana Barreto Santos, que se sagrou Campeã Distrital nas competições dos 100 e 200 metros, que teve lugar, nos dias 21 e 22 de maio de 2022, na Pista de Atletismo do Estádio Cidade de Coimbra. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº19) -----

2.4.6 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao Atleta Lousanense, José Marques, que na época desportiva 2021/2022, ao serviço do SL Benfica, se sagrou campeão Nacional no escalão Sub-19 masculinos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao Atleta Lousanense, José Marques, que na época desportiva 2021/2022, ao serviço do SL Benfica, se sagrou campeão Nacional no escalão Sub-19 masculinos. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº20) -----

2.4.7 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à Atleta Lousanense, Margarida Bandeira, que venceu a edição de 2022 da Taça de Portugal de Downhill, na categoria de Elite Feminino. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Margarida Bandeira, que venceu a edição de 2022 da Taça de Portugal de Downhill, na categoria de Elite Feminino. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº21)

2.4.8 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Beatriz Carinhas, que se sagrou Vice-Campeã na categoria de -40kg na Taça da Europa de cadetes, organizada pela Federação Portuguesa de Judo, nos dias 28 e 29 de maio de 2022.

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Beatriz Carinhas, que se sagrou Vice-Campeã na categoria de -40kg na Taça da Europa de cadetes, organizada pela Federação Portuguesa de Judo, nos dias 28 e 29 de maio de 2022. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº22) -----

2.4.9 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao Treinador Principal, Paulo Machado, ao Treinador Adjunto, Rafael Antunes, e ao Atleta, João David Correia, que, ao serviço da equipa Sénior Masculina de Futebol do Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”, se sagraram Campeões Distritais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Coimbra. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao Treinador Principal, Paulo Machado, ao Treinador Adjunto, Rafael Antunes, e ao Atleta, João David Correia, que, ao serviço da equipa Sénior Masculina de Futebol do Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”, se sagraram Campeões Distritais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Coimbra. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº23) -----

2.4.10 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento a Gabriel Lopes, Camila Rebelo, Afonso Costa, Mariana Rosa e Diogo Cancela pelos resultados obtidos no XVI Meeting Internacional de Natação 2022, organizado pela Associação de Natação de Coimbra e Associação Académica de Coimbra em parceria com a Federação Portuguesa de Natação, nos dias 28 e 29 de maio de 2022, em Coimbra. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento a Gabriel Lopes, Camila Rebelo, Afonso Costa, Mariana Rosa e Diogo Cancela pelos resultados obtidos no XVI Meeting Internacional de Natação 2022, organizado pela Associação de Natação de Coimbra e Associação Académica de Coimbra em parceria com a Federação Portuguesa de Natação, nos dias 28 e 29 de maio de 2022, em Coimbra. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº24) -----

2.5 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes: -----

2.5.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro no montante de 27.000,00 € à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para questionar o critério de decisão de não participação das despesas com água e energia elétrica. estando aqui um bom exemplo pratico do que se falava há pouco em relação ao critério na distribuição de apoios pelas associações. -----

O Senhor Presidente evidenciou que o gasto da água relativamente a operações de proteção civil é suportado pela Câmara Municipal, seja o gasto feito pelos Bombeiros de Serpins, Bombeiros da Lousã ou por outras corporações que estejam em serviço nessas operações ao que acresce o suporte mensal, na razão de cinquenta por cento, com as Equipas de Intervenção Permanente. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de 27.000,00 € à

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 25)-----

2.6 – Proposta da Senhora Vice-Presidente: -----

2.6.1 – A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de maio de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade, ratificar os apoios concedidos no mês de maio de 2022, pela Unidade de Intervenção Social e Saúde, no valor de EUR: 3.000,00 € (três mil euros). Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 26). -----

2.7 – Correspondência: -----

2.7.1 – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a agradecer o acolhimento da Câmara Municipal, em representação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra da 15ª Edição do Concurso Nacional de Leitura. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de uma comunicação da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a agradecer o acolhimento do Município, em representação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra da 15ª Edição do Concurso Nacional de Leitura. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 27). -----

2.8 – Divisão de Obras Municipais e Ambiente: -----

2.8.1 – Proc. n.º 04/2022: Aprovação dos erros e omissões referente à Empreitada “Rede Ciclável Urbana da Lousã” – Av. Dr. José Maria Cardoso. ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a lista de erros e omissões apresentada. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 28). -----

2.8.2 – Aprovação do projeto de execução da Candidatura de Reabilitação de Recursos Hídricos – Ribeira de São João II. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o projeto de execução da Candidatura – Reabilitação de Recursos Hídricos – Ribeira de São João II e Rio Arouce. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 29). -----

2.9 – Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana: -----

2.9.1 – Declaração de caducidade – Proc. N.º 167/2006 em que é requerente Elias dos Santos, Lda., referente a construção de uma moradia unifamiliar – Quintais da Gândara – Freguesia da Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade e em minuta, declarar a caducidade da licença relativa ao processo de obras n.º 167/2006 e conceder o direito de audiência prévia ao requerente, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo. Documento arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 30). -----

2.10 – Público: -----

Foi regularmente apresentado o pedido de inscrição, nos termos do formulário anexo, encontrando-se inscritas para intervenção no período destinado ao Público, as cidadãs Maria Natalina Correia Serra, Maria Idalina Costa Duarte, Maria Ermelinda Simões Fernandes. Por razões de proteção de dados pessoais no âmbito do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, não são mencionados mais elementos identificativos das intervenientes, nesta reunião pública do Executivo Municipal. -----

1. Sr^a Maria Natalina Correia Serra, referiu que na sequência da reparação da estrada principal de acesso à Igreja de Vilarinho se verificou a diminuição de berma para deslocação até esse local de forma segura, alertando para perigo de circulação de peões e veículos naquela zona e questionando o merecimento da construção de passeios. -----

2. Sr^a Maria Idalina Costa Duarte, reforçou a exposição feita pela interveniente anterior.-----

3. Sr^a Maria Ermelinda Simões Fernandes, para além de reforçar a exposição feita pelas anteriores intervenientes, referiu que a Fonte Godinha não estaria em funcionamento.-----

O **Senhor Presidente** informou ter tomado nota dos pedidos apresentados e prestou os esclarecimentos às municipais, nomeadamente que relativamente à estrada principal de acesso à Igreja de Vilarinho, a situação se encontra sinalizada e devidamente articulada com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, nomeadamente através da cedência de materiais de forma a serem criadas as condições de segurança no referido acesso pedonal. Quanto ao arranjo da Fonte Godinha, informou de que o assunto seria encaminhado aos serviços, a fim de elaborar a respetiva informação para avaliação. -----

Nada mais havendo a tratar, às catorze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Margarida Fontes Correia, na qualidade de Secretária (em substituição). -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



